

EDUCAÇÃO POPULAR, PERIFERIA E JUVENTUDE E OS MECANISMOS DE VISIBILIDADE SOCIAL

Andreane Pereira Moreira¹
Tatiane Pereira dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a educação popular como mecanismo de valorização e estratégias que possibilitem a saída de jovens oriundos de territórios periféricos do estigma e este segmento atribuído, fortemente enraizado e reproduzido historicamente. Enfatiza a relevância dos debates referentes a importância da educação popular para a juventude das periferias de Salvador, por compreender a sua emergência diante da realidade vivenciada diariamente pelo público estudado. Apresenta-se também como produto final apresentado para a disciplina obrigatória de Educação e Contemporaneidade no PpgEduc- UNEB. Para elaboração desse trabalho será utilizada a metodologia exploratória com abordagem da pesquisa qualitativa, com intuito de nortear a teoria será utilizada a pesquisa bibliográfica, desenvolvendo a técnica de revisão literária a partir da busca de artigos, teses, dissertações e livros acerca do tema estudado.

Palavras-chave: Educação Popular, Periferias, Juventudes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar as relações dos processos educativos e das juventudes da periferia que estão inseridos em contextos de desproteção como na garantia dos direitos ao exercício da cidadania, tais como: o direito a educação, trabalho e a vida dentre outros. Assim, aponta a relevância dos debates referente à importância da educação popular para a juventude das periferias de Salvador, por compreender a sua emergência diante da realidade vivenciada diariamente pelo público estudado.

Na contemporaneidade a polêmica sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993, Redução da Maioridade Penal que passa de 18 para 16 anos a idade penal, inclusive, uma parcela da sociedade é a favor da PEC, o que revela uma mídia manipuladora que apresenta informações distorcidas, exaltando o envolvimento de jovens em crimes seguido de mortes.

¹ Mestranda em Educação e Contemporaneidade, UNEB – Universidade do Estado da Bahia; andreanemoreira@gmail.com

² Mestranda em Educação e Contemporaneidade, UNEB – Universidade do Estado da Bahia; tps@bol.com.br.

Entretanto, para os políticos que são a favor da PEC 171/1993 a justificativa é “o crescente aumento do número de delitos praticados por menores de dezoito anos”, assim, a Constituição Federal menciona o Estado, como instância responsável pela proteção integral dos jovens, porém esses políticos mencionados, eleitos pelo povo, na prática atuam como acusadores e punitivos.

É fundamental o debate sobre a realidade social do jovem da periferia diante do descaso e omissão do Estado nas periferias e a negação do acesso aos direitos essenciais as pessoas.

METODOLOGIA

A abordagem do presente estudo foi elaborada sistematicamente através de levantamentos documentais e bibliográficos por constituírem itens fundamentais para norteamento do tema que se pretende investigar, abrangendo: livros, revistas, sites eletrônicos, periódicos e artigos que tratem da questão do idoso, leis e família. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, teses, dissertações e artigos científicos.” (GIL, 2002, p.44). Para explicar as razões dos acontecimentos que envolvem o tema em debate será empregada a pesquisa explicativa com abordagem qualitativa.

Verifica-se então a importância de que esta pesquisa bibliográfica apresente-se de fato, como uma documentação que aluda à luz de comportamentos observados, e que ofereçam novos elementos ao pesquisador face ao que pretenda discutir e apresentar, de forma que não se caracterize apenas como um amontoado de ideias fragmentadas, mas que sirvam a contento para sua construção.

JUVENTUDE(S) E PERIFERIA(S)

Para tratar da relação das juventudes e dos processos educativos, requer um debate referente aos sujeitos da pesquisa no contexto da periferia. Porém, o estudo referente à compreensão da juventude é complexo e heterogêneo, pois são várias as áreas que apontam uma definição, tais como: biologia, psicologia, história, sociologia, etc.

Uma abordagem normalmente utilizada para conceituar juventude é a partir da faixa etária, algumas instituições utilizam esse critério cronológico no desenvolvimento de ações e intervenções, inclusive nas políticas públicas. Como evidencia o Estatuto da Juventude ao

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

definir que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Enfatizando o início de uma determinada etapa da vida e quando esta finaliza. Cabe refletir se é possível padronizar esse ciclo diante do universo heterogêneo de circunstâncias que permeiam a vida dos diversos sujeitos inscritos nesta faixa etária em uma sociedade multifacetada como a brasileira, por exemplo.

Apesar de o fator cronológico ser uma referência para a noção de juventude, considera-se limitado o seu uso desassociado de outras dimensões como os aspectos históricos, sociais e culturais.

A pesquisa que pretendemos desenvolver privilegia o enfoque da construção juvenil fundamentada pela categoria sociohistórica e cultural, “é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos” (GROPPO, 2004, p.4), assim juventude é construída socialmente, considerando fundamentalmente a diversidade. Cabe acrescentar que “o período de transição da juventude deve levar em consideração essa diversidade social, cultural, étnica, religiosa, pois várias são as formas de entrada no mundo adulto e não é possível exigir que haja apenas uma” (ARAÚJO, 2001, p.144).

Diante da pluralidade das juventudes, cabe especificar de qual jovem propõe a pesquisa. Então, o enfoque será o jovem da periferia, considerando que no seu cotidiano os acessos aos direitos e redes de serviços são fragilizados quando não negados pelos seus responsáveis, o Estado.

A realidade dos jovens com residência nas favelas se apresenta na escassez dos serviços públicos, isto é, abandonados pelo Estado, distantes dos grandes centros e dos seus privilégios, nesse contexto cabe mencionar um dos aspectos para compreender o sentido de periferia, de acordo com (ESPINHEIRA org. 2004, p. 199) são:

Os espaços urbanos distanciados pelos serviços públicos e privados de apoio à vida urbana, desde a infra-estrutura em rede (água, esgoto, energia, telefone, etc., mas também vias pavimentadas e calçadas) aos serviços de atendimento à saúde, à segurança, ao lazer; comércio, transporte e outras funções especializadas.

O direito de experimentar a cidadania plena, propositalmente, não é para todos. Determinados segmentos da sociedade não alcançam diversos serviços que são necessários para uma existência de maneira digna e humanizada, e assim permanecerá enquanto a distribuição de riquezas for realizada desigualmente.

Sendo assim, diante de uma realidade de inúmeras desvantagens, é necessário refletir as condições das juventudes da periferia no acesso a educação, pois as escolas para os pobres são ofertadas com precárias estruturas físicas, terceirização dos funcionários, baixos salários, com localização de difícil acesso, etc. Além disso, segundo os estudos de (ESPINHEIRA org.2004, p. 26):

As escolas são exemplos de ambientes anti-sociais: são gradeadas, sujas e feias; são autoritárias e de baixa qualidade de ensino, sem encantamento, sem sedução. Há todo um quadro de violência na escola e da escola, cujas expressões vão desde informações em cartazes como: “Não haverá merenda porque não tem água” ou “não haverá merenda por causa da indisciplina”, até a sequência de assassinatos dentro de escolas.

Nessa perspectiva, evidencia a intencionalidade da escola para o pobre, ou seja, notório o não compromisso com o direito a educação, nenhum interesse em jovens pobres com reflexões críticas de leitura de mundo, emancipados, com autonomia e protagonismo ativo na transformação da realidade social.

Problematizando a garantia de trabalho aos jovens da periferia, nota o descaso na oferta desse direito, inclusive atrelada à educação, bem como a ausência de cursos profissionalizantes, pois o mercado exige dos candidatos alto grau de escolaridade e qualificação profissional.

Dessa forma, “não só falta trabalho, mas sobretudo condições para que esse trabalho propicie novas e enriquecedoras experiências sociais aos jovens“ (DUARTE, 2018, p. 68). Assim, o trabalho é primordial no desenvolvimento e na formação da cidadania do sujeito.

Nesse contexto, é essencial desmitificar a imagem conservadora da relação criminalidade e pobreza, e na contemporaneidade a ênfase é no tráfico de drogas. Pois, “na periferia existem forças que promovem, e ao mesmo tempo impedem, o desenvolvimento em sua integralidade. Um dos estereótipos recorrentes no senso comum é o de que os jovens da periferia são violentos e envolvidos em trajetórias de criminalidade“ (SANTOS, 2010, p. 46). O autor salienta a presença do estereótipo do criminoso, geralmente com as características de jovem negro da periferia.

A partir do debate sobre a existência e o valor da vida juvenil, tomamos como referencia a análise em relação à integridade física das pessoas “[...] o fato de vastos segmentos da população estarem (sic) desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia”(KOWARICK, 2009, p.19).

É indispensável fomentar a denúncia sobre a situação sentida nas periferias com relação ao direito a vida, pois, cotidianamente os jovens negros são exterminados.

Vale mencionar que os dados do Atlas da Violência de 2019 revelam que dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. Sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros foi de 16,0, ou seja, é nítida a discrepância do número de homicídios por raça/cor, o que sustenta fortemente a acusação feita por vários segmentos do movimento negro de genocídio da juventude negra.

Nesse contexto, “existe uma guerra não declarada. Jovens envolvidos ou não na marginalidade e no tráfico, estão morrendo e têm seus horários de entrada e saída, assim como os espaços de trânsito na periferia, restritos” (SANTOS, 2010, p. 103).

Requer uma mudança radical desse cenário de injustiça social, com um basta de genocídio da juventude negra, do retrocesso de programas, projetos, leis e direitos. Basta de criminalização da pobreza, pois a periferia é rica de cultura, de trabalhadores formais e informais que lutam pela sobrevivência, de solidariedade entre a vizinha e de organizações sociais como caminho para o enfretamento e reivindicações de dias melhores.

Em suma, a ambivalência da periferia “não pode ser reduzida ao olhar externo que a estigmatiza, como se estivesse em constante desagregação, caracterizada por medo, violência, terror, dificuldades, etc. Essas realidades existem, mas não são as últimas palavras sobre a periferia” (SANTOS, 2010, p. 73).

NEGRITUDE, PERIFERIA E JUVENTUDES EM SALVADOR-BA: OMISSÃO DO ESTADO E PROTAGONISMO POPULAR

Ao discutirmos educação popular, não há como fugir a um segmento muito caro que é a periferia, e neste bojo a juventude pertencente a este mesmo lócus. Sabemos da importância deste instrumento pedagógico na formação de uma comunidade específica de forma a contribuir para a emancipação política e social de um povo historicamente invisibilizado.

Dessa forma, a importância da valorização cultural do povo periférico, mostrando a grandeza, resistência e importância desse saber; como também a necessidade deste, vir a ser utilizado como mecanismo de emancipação política, de maneira que possibilite a formação de cidadãos mais críticos e participativos na sociedade.

Santos (2012), expõe de maneira sistemática em seu livro *Acervo da Laje*, acerca deste processo de construção simbólica e material do qual é originário e se apresenta como alguém que foi capaz de apesar dos percalços e limitações a que o sistema hegemônico impõe aos

moradores de periferias, libertar-se e possibilitar a partir do trabalho desenvolvido no Acervo da Laje, que outras histórias e vivências sejam também ressignificadas.

O recorte existente acerca de cultura e contemporaneidade, na medida em que considera os aspectos históricos e atuais para a valorização da cultura produzida em zonas periféricas, a partir do espaço do Acervo da Laje, localizado no subúrbio ferroviário de Salvador na Bahia, se apresenta como um instrumento promotor de emancipação e valorização da cultura local.

Desse modo, a Educação Popular apresenta-se na contemporaneidade, como uma metodologia necessária, com vistas a atuar prioritariamente como possibilidade de emancipação do cidadão, tendo como característica principal a valorização da cultura local através de seus agentes de produção de forma a oportunizar a identificação desses sujeitos com determinados espaços geográficos, intensificando, efetivamente, a valorização dos saberes produzido em determinados territórios.

Conforme Carlos Brandão (2000) dialoga na perspectiva da educação popular como ato de resistência e de emancipação e saber da comunidade, na direção de uma educação que privilegie o fortalecimento de grupos, e um horizonte que possibilite o ir mais além, no intuito de uma mudança de mentes, de mentalidade, envolvendo a comunidade e respondendo aos seus anseios, como possibilidade de criar plurissignificações da realidade.

Na percepção de Santos (2013) acerca da invisibilidade que se impõe sobre a região do subúrbio ferroviário de Salvador-Ba, em uma perspectiva perversa por parte do poder hegemônico, objetivando claramente a negação da existência de cultura produzida internamente, promovendo dessa forma, a exclusão de uma população que produz e que convive em meio a uma infinidade de riquezas e belezas produzidas por estes.

Assim, “a cultura é a mediação entre o poder e o objetivo de sua ação” (GEERTZ, 1989). Milton Santos (2003) aborda a Educação Popular a partir da questão da territorialidade, considerada como locus de emancipação política. Na medida em que sua produção não desaparece como modismo, ela se constitui de verdades que são a expressão da própria existência dos indivíduos enquanto produtores culturais em seu meio.

O espaço do Acervo da Laje, como um museu que expõe obras de artes produzidas principalmente por moradores locais e assim, possibilita o diálogo, a reflexão, o empoderamento acerca da história e memória dos habitantes do subúrbio ferroviário de Salvador, mas do que um local agradável para a juventude que ali frequenta, devido a sua configuração acolhedora e familiar, a finalidade principal é propiciar o encontro, a

aproximação, o sentimento de pertença e valorização tão necessários nesta fase do desenvolvimento humano.

Transformar significa, a reconstrução de ideias, conhecimentos, valores, sempre na priorização do respeito aos outros. A educação democrática e cidadã é construída porque amplia, dá vida aos assuntos, suas histórias, as experiências, as culturas. Dessa forma, a educação também promove a aquisição de conhecimentos e habilidades diversas que podem dignificar e qualificar a pessoa (MOTA, 2018 p. 30).

A identificação do Acervo da Laje como espaço de apropriação de cultura popular e que constitui elemento para esta mesma conscientização, ratifica o ideal da educação popular como elemento de transformação social inserindo-se e dialogando com questões pertinentes que envolvem a produção cultural e modos de vida locais do Subúrbio ferroviário de Salvador.

Importante destacar a partir das ideias de Paulo Freire em Educação e Mudança, quando este pontua acerca do “compromisso do profissional com a sociedade” (FREIRE, 1979), sentido amplo e concatenado que é possível de ser observado na experiência da práxis desenvolvida no acervo da Laje, no sentido real de que, esta frase que não se constitui de um apanhado de palavras soltas, mas que dão completude ao sentido profundo de uma educação que se desenvolva com vistas ao compromisso com o outro.

Gohn, (2008), nos põe a par da inexistência do poder fora do âmbito das relações, esses poderes que se constituem na e a partir da própria comunidade, que prioriza as diversidades existentes no entorno e a partir daí, estabelece vínculos de base política e social nos levando a contextualizar acerca do convívio experienciado pela juventude suburbana e demais apoiadores, frequentadores e a própria organização do Acervo da Laje. Constituindo assim, um espaço de educação que se transforma em uma força didaticamente organizada e fecunda, inspirando, transformando e viabilizando oportunidades a partir de suas próprias experiências de vida. Tudo isso acontece no mesmo espaço no qual a mídia por vezes exclui, invisibiliza, ou expõe de maneira negativa, aliando sempre o subúrbio ferroviário de Salvador, como lugar apenas de violências, morte e medo.

A necessidade de reconhecimento de seu estado de oprimido pelo povo, e apropriação de sua cultura enquanto elemento de valorização e transformação social, perpassa a compreensão do contexto de opressão e desigualdade em que vive, no intuito de que a coletividade se una em prol do bem comum (FREIRE, 1987).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos estudos apresentados é possível analisar a categoria periferia e juventude, como elementos passíveis de discussões acerca das vulnerabilidades que envolvem este segmento. Na medida em que a periferia carece de elementos básicos na questão que envolve a sociabilidade, e o jovem acaba por vivenciar de maneira intrínseca os padrões de invisibilidade e estigmas introjetados historicamente na sociedade.

De forma que, os projetos que militam a partir da educação popular contribuem de modo significativo, viabilizando possibilidades de tirar das malhas da invisibilidade, opressão consequentemente a marginalidade, aos jovens que se habitam em zonas periféricas.

Dessa forma, os resultados encontrados nesta pesquisa apontam para a necessidade de se ampliar as discussões e práticas que reverberem em investimentos qualitativos em educação, ampliando acesso aos espaços de atuação sócio-política de jovens moradores de periferias de grandes conglomerados periféricos existentes a exemplo da cidade de Salvador-Ba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado que apesar dos avanços conquistados a partir do ECA, da Constituição Federal e do Estatuto da Juventudes ainda há muito o que melhorar para que o grupo juvenil sejam sujeitos de direitos na sua plenitude, com Políticas Públicas efetivas, destinadas na área educacional, cultural, social, lazer, bem como que possibilite oportunidade para geração de renda através da educação de qualidade e cursos profissionalizantes. Para tanto, a sociedade e o Estado não devem fechar os olhos e naturalizar a situação desses que são considerados “marginais”, simplesmente pela questão de raça/etnia e classe social. Pois, como e porque criminalizar as pessoas que são moradoras da periferia, essas que diariamente criam estratégias próprias de sobrevivência diante de uma realidade imposta pelo grupo hegemônico que detêm o poder e o capital?

É de crucial importância o reconhecimento do processo sócio histórico em que o próprio sujeito vivencia. É necessário o reconhecimento de sua condição de oprimido para que possa se pensar em outras perspectivas e alternativas de convivência, superando os quadros de desigualdade e violência presentes na contemporaneidade. Caminharmos juntos em busca de sociabilidades sustentáveis.

Esse caminhar junto representa um novo modelo de sociabilidade que desfaz as amarras do preconceito, rompendo com um modelo de sociedade que apenas segmenta e exclui, oprime e retira direitos. Nessa caminhada acreditamos ser possível a construção de uma sociedade humanizada de fato, que valorize e estabeleça novos diálogos e partilha em prol das gerações futuras e do bem comum, entendendo que a valorização do saber de cada indivíduo constitui célula primordial na e para a educação popular.

Portanto, o estudo apresentou uma breve discussão sobre o debate referente à importância da educação popular para a juventude das periferias de Salvador, vale ressaltar a relevância de fomentar novas e densas pesquisas, pois as temáticas problematizadas apresentam um leque de situações e possibilidades que necessitam e merecem ser constantemente problematizadas, a fim de que as demandas e situações abjetas vivenciadas pelos jovens periféricos possam de fato, serem minimizadas ou quiçá, sanadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carla. **As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27 n.1, p. 141-160, jan./jun.2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**, Editora Brasiliense. 2000.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). **Atlas da violência 2019**. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2019.

DUARTE, Joana das F. **Meninas e Território: criminalização da pobreza e seletividade jurídica**. São Paulo: Ed. Cortez. 2018.

ESPINHEIRA, Gey. (org.). **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador/ Ministério Público do Estado da Bahia**, Universidade Federal da Bahia, 2004.

Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas Correlatas. Brasília. Presidência da República Casa Civil, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. Atlas: São Paulo, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. 2 Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

GROPPO, Luís Antonio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas.** Revista de Educação do Cogeime. n 25 - dezembro / 2004.

MOTA, Sueli Ribeiro. Dom Milani e Paulo Freire: experiência de educação cidadã e democrática. **ENCONTRO Sustentabilidade na diversidade** – Insurgência educacional na atualidade/ Dom Milani, Danilo Dolci, Paulo Freire. – Salvador, 2018.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Nascentes da Beleza:** História, arte, religiosidade e música na cultura brasileira. São Paulo: Scortecci, 2013.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Acervo da Laje:** memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. São Paulo: Scortecci, 2014. 354 p

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** Do Pensamento Único à Consciência Universal. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. – São Paulo: Ed. 34, 2009.

SANTOS, José E. Ferreira. **Cuidado com o vão:** repercussões do homicídio entre jovens de periferia. Salvador: EDUFBA. 2010.

PIMENTA, Victor Martins. **Por trás das grades:** o encarceramento em massa no Brasil. Editora Revan. 2018.